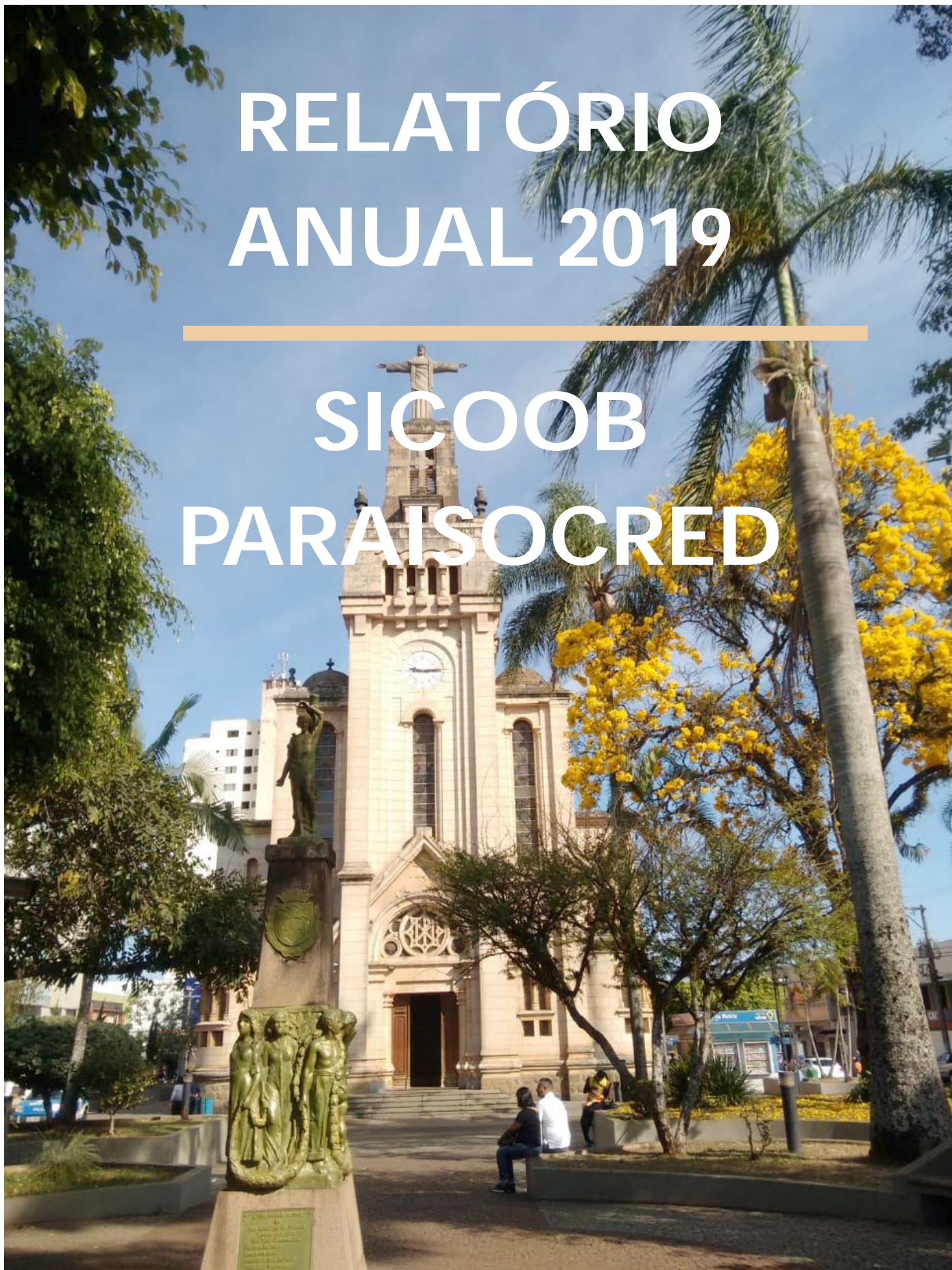


RELATÓRIO ANUAL 2019

SICOOB PARAISOCRED





Índice

Palavra do Presidente	3
1. Edital	4
2. Relatório da Administração	5
3. Demonstrações Contábeis.....	9
4. Notas Explicativas.....	13
5. Parecer do Conselho Fiscal.....	37
6. Relatório de Auditoria Externa	38

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2019 no cenário político e econômico foi de grandes adaptações, principalmente com o início de um novo governo de mudança, onde ocorreu a ruptura com a velha política, o que gerou um sentimento de esperança para todos os segmentos de nossa sociedade.

Vimos que isso não foi empecilho ao desenvolvimento de nossa nação, com a pujança do povo brasileiro, empreendedor por natureza e com atitudes firmes, manteve-se acreditando em um futuro melhor.

Desta forma nossa cooperativa, que visa ser a principal entidade financeira para nossos associados, buscando com determinação assumir a responsabilidade de contribuir e sustentar o desenvolvimento regional, teve participação considerável para o crescimento econômico de nossos mais de 6.000 associados.

A minha gratidão a todos os associados, conselheiros administrativos e fiscais, aos diretores em especial, aos colaboradores pela construção de nossa Cooperativa, fundamentada no desenvolvimento social e econômico, buscando sempre a união de forças para o bem comum e melhor qualidade de vida para todos.

Conselheiros de Administração

Mauricio Mafra – Presidente

Carlos José Reis – Vice-Presidente

Vilma Vieira Mião Oliveira

Maria Aparecida da Silva Bicego

Marco Antônio Pelucio

Paulo Piccirillo

Conselheiros Fiscais

Agnaldo Donizete Gonçalves

Tulio Paschoini

Rafael Henrique Godinho de Miranda

Ivani Oliveira Queiroz Souza

Tales Souza Silva

Marcelo Jose Oliveira Silos

Edson Rodrigues de Souza – **Diretor Administrativo e Comercial**

Hebert Benicio da Silva – **Diretor Financeiro**

1. EDITAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA. - SICOOB PARAISOCRED - CNPJ: 01.657.678/0001-04 - NIRE3140002030-6

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de São Sebastião do Paraíso Ltda. – Sicoob Paraisocred, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os 6.150 associados, em pleno gozo de direitos sociais, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que por falta de espaço físico em suas instalações, se realizará no anfiteatro no Centro Administrativo Unimed São Sebastião do Paraíso, situado à Avenida Dr. Delfim Moreira nº. 1.400, Centro, em São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, no próximo dia 07 de abril de 2020, em primeira convocação às 17:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associados. Caso não haja número legal para a instalação, ficam desde já, convocados para a segunda convocação às 18:00 horas, no mesmo dia e local com a presença de metade mais 01 (um) do número total de associados. Persistindo a falta de “quórum legal”, a Assembleia realizar-se-á no mesmo dia e local, em terceira e última convocação às 19:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Pauta da Assembleia Geral Extraordinária:

- a) Reforma parcial do Estatuto Social da cooperativa no artigo 1º e no artigo 10º para alteração nas condições de admissão de associados.
- b) Outros assuntos de interesses gerais, sem caráter deliberativo

Pauta da Assembleia Geral Ordinária:

- a) Leitura para discussão e julgamento do Relatório do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço Geral, Demonstração do Resultado e demais contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- b) Destinação do Resultado do exercício de 2019;
- c) Uso e aplicação do FATES;
- d) Deliberar sobre fixação de honorários do Presidente do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e cédula de presença para os Conselheiros Administrativos e Fiscais;
- e) Eleição para o Conselho de Administração;
- f) Outros assuntos de interesses gerais sem caráter deliberativo.

Obs: O prazo para registro de chapa será de 10 (dez) dias corridos após a publicação deste edital de convocação. O registro de chapa far-se-á junto a Sede da Cooperativa no horário compreendido entre às 08:30 (oito horas e trinta minutos) e às 17:30 (dezesete horas e trinta minutos), que manterá pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber documentação e fornecer recibos.

O registro de chapas obedecerá ao Regulamento Eleitoral aprovado na AGE de 21/03/2013 que se encontra disponível na cooperativa e no site <https://sicoobparaisocred.com.br/>

São Sebastião do Paraíso - MG, 15 de fevereiro de 2020.

Mauricio Mafra

Presidente do Conselho de Administração

2. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de São Sebastião do Paraiso Ltda.- SICOOB PARAISOCRED, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB PARAISOCRED completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB PARAISOCRED obteve um resultado antes das destinações de R\$ 2.283.874,95 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 14,30%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 31.087.788,47 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 50.462.127,16

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimos	R\$ 42.920.774,67	85,05 %
Financiamentos	R\$ 2.456.845,68	4,87 %
Títulos descontados	R\$ 5.084.506,81	10,08 %

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 32,23% da carteira, no montante de R\$ 16.275.089,26.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 63.437.381,50, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 0,2%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 18.241.214,69	28,76%
Depósitos a Prazo	R\$ 45.196.166,81	71,24%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 39,67% da captação, no montante de R\$ 24.736.499,29.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB PARAISOCRED era de R\$ 14.896.012,62. O quadro de associados era composto por 6.184 Cooperados, havendo um acréscimo de 16,05% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOBPARAISOCRED adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB PARAISOCRED aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB PARAISOCRED registrou 19 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 19 reclamações, 06 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Sebastião do Paraíso, 27 de janeiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

Mauricio Mafra – Presidente

Carlos José Reis – Vice-Presidente

Vilma Vieira Mião Oliveira – Cons. Adm.

Maria Aparecida da Silva Bicego – Cons Adm.

Marco Antônio Pelucio – Cons. Adm.

Paulo Piccirillo – Cons. Adm.

Edson Rodrigues de Souza – Diretor Administrativo e Comercial

Hebert Benicio da Silva – Diretor Financeiro

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA. -
SICOOB PARAISOCRED
BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		57.219.380,84	57.892.211,48
Disponibilidades		2.584.060,09	1.940.919,43
Relações Interfinanceiras	5	31.087.788,47	30.988.057,81
Centralização Financeira - Cooperativas		31.087.788,47	30.988.057,81
Operações de Crédito	6	22.658.146,03	24.099.255,18
Operações de Crédito		25.415.862,11	25.979.462,08
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.757.716,08)	(1.880.206,90)
Outros Créditos	7	257.898,16	262.189,95
Créditos por Avais e Fianças Honrados		163.739,28	65.937,75
Rendas a Receber		151.930,47	186.682,14
Diversos		73.215,35	64.606,53
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(130.986,94)	(55.036,47)
Outros Valores e Bens	8	631.488,09	601.789,11
Outros Valores e Bens		380.000,00	380.000,00
Despesas Antecipadas		251.488,09	221.789,11
Não Circulante		27.494.818,03	24.184.829,34
Realizável a Longo Prazo		22.490.169,79	19.906.069,21
Operações de Crédito	6	22.089.006,21	19.513.235,94
Operações de Crédito		25.046.265,05	21.585.645,06
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.957.258,84)	(2.072.409,12)
Outros Créditos	7	401.163,58	392.833,27
Diversos		401.163,58	392.833,27
Permanente		5.004.648,24	4.278.760,13
Investimentos	9	1.510.045,53	1.086.087,41
Outros Investimentos		1.510.045,53	1.086.087,41
Imobilizado em Uso	10	3.476.407,70	3.164.629,08
Imóveis de Uso		1.300.842,02	1.300.842,02
Outras Imobilizações de Uso		3.109.832,22	2.470.227,49
(Depreciações Acumuladas)		(934.266,54)	(606.440,43)
Intangível		18.195,01	28.043,64
Ativos Intangíveis		153.945,38	153.945,38
(Amortização Acumulada)		(135.750,37)	(125.901,74)
TOTAL DO ATIVO		84.714.198,87	82.077.040,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante		68.417.489,36	68.095.192,50
Depósitos	11	63.437.381,50	63.328.748,05
Depósitos à Vista		18.241.214,69	13.411.743,09
Depósitos a Prazo		45.196.166,81	49.917.004,96
Relações Interdependências	12	2.588.077,79	2.917.610,14
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.588.077,79	2.917.610,14
Outras Obrigações	13	2.392.030,07	1.848.834,31
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		33.102,79	14.936,74
Sociais e Estatutárias		700.331,32	674.371,54
Fiscais e Previdenciárias		331.184,72	248.793,78
Diversas		1.327.411,24	910.732,25
Exigível a Longo Prazo		401.163,58	392.833,27
Outras Obrigações	13	401.163,58	392.833,27
Diversas		401.163,58	392.833,27
Patrimônio Líquido		15.895.545,93	13.589.015,05
Capital Social	15	5.426.112,40	4.777.753,55
De Domiciliados no País		5.504.182,40	4.936.798,55
(Capital a Realizar)		(78.070,00)	(159.045,00)
Reserva de Sobras		9.784.271,05	7.368.145,36
Sobras/Perdas Acumuladas		685.162,48	1.443.116,14
TOTAL		84.714.198,87	82.077.040,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA. -
SICOOB PARAISOCRED

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DSP	Notas	2o Sem	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.305.535,05	12.645.428,20	11.735.990,42
Operações de Crédito	17	6.305.535,05	12.645.428,20	11.735.990,42
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	(2.616.596,86)	(6.944.134,68)	(6.301.721,96)
Operações de Captação no Mercado		(1.397.118,88)	(2.981.911,84)	(3.072.689,82)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.219.477,98)	(3.962.222,84)	(3.229.032,14)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.688.938,19	5.701.293,52	5.434.268,46
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(1.702.744,76)	(3.151.219,70)	(2.561.090,97)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	19	1.213.952,46	2.200.434,35	1.335.742,53
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	20	815.364,44	1.404.390,84	853.222,95
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	21	(2.425.781,10)	(4.683.855,72)	(3.867.211,81)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(2.207.353,28)	(4.266.355,56)	(3.075.878,48)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(147.760,43)	(280.362,51)	(157.732,81)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	745.965,33	1.518.397,17	783.728,43
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		909.269,92	1.847.615,25	1.880.019,09
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(606.402,10)	(891.483,52)	(312.980,87)
RESULTADO OPERACIONAL		1.986.193,43	2.550.073,82	2.873.177,49
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	25	(60.613,48)	(50.591,50)	(91.237,07)
Receitas Não Operacionais		38.895,49	53.205,03	1.462,94
Despesas Não Operacionais		(99.508,97)	(103.796,53)	(92.700,01)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		1.925.579,95	2.499.482,32	2.781.940,42
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(215.607,37)	(215.607,37)	(110.268,02)
Provisão para Imposto de Renda		(125.461,86)	(125.461,86)	(55.921,44)
Provisão para Contribuição Social		(90.145,51)	(90.145,51)	(54.346,58)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		-	-	(265.846,08)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.709.972,58	2.283.874,95	2.405.826,32
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS			(1.598.712,47)	(1.202.913,16)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social			(228.387,50)	(240.582,63)
Reserva Legal			(1.370.324,97)	(962.330,53)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO			685.162,48	1.202.913,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA. -
SICOOB PARAISOCRED

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Expansão		
Saldo em 31/12/2017		3.779.983,20	(47.360,00)	5.337.237,38	332.447,70	1.199.133,45	10.601.441,73
Ajustes de Exercícios Anteriores				(2.800,72)			(2.800,72)
Ao FATES						(70.000,00)	(70.000,00)
Constituição de Reservas				429.133,45	550.000,00	(979.133,45)	-
Ao Capital		148.288,39				(148.288,39)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(1.711,61)	(1.711,61)
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		1.035.852,97	(111.685,00)				924.167,97
Por Devolução (-)		(286.289,26)					(286.289,26)
Reversões de Reservas					(240.202,98)	240.202,98	-
Sobras ou Perdas Líquidas						2.671.672,40	2.671.672,40
Provisão de Juros ao Capital						(265.846,08)	(265.846,08)
Subscrição do Juros ao Capital		258.979,05					258.979,05
IRRF sobre Juros ao Capital		(15,80)					(15,80)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							-
. Fundo de Reserva				962.330,53		(962.330,53)	-
. F A T E S						(240.582,63)	(240.582,63)
Saldos em 31/12/2018		4.936.798,55	(169.045,00)	6.725.900,64	642.244,72	1.443.116,14	13.589.015,05
Ajustes de Exercícios Anteriores				2.800,72			2.800,72
Ao FATES						(100.000,00)	(100.000,00)
Constituição de Reservas				750.000,00	293.000,00	(1.043.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado						(296.176,27)	(296.176,27)
Ao Capital		262,61				(262,61)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(3.677,26)	(3.677,26)
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		977.548,71	80.975,00				1.058.523,71
Por Devolução (-)		(406.222,47)					(406.222,47)
Estorno de Capital		(4.205,00)					(4.205,00)
Sobras ou Perdas Líquidas						2.283.874,95	2.283.874,95
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							-
. Fundo de Reserva				1.370.324,97		(1.370.324,97)	-
. F A T E S						(228.387,50)	(228.387,50)
Saldos em 31/12/2019		5.504.182,40	(78.070,00)	8.849.026,33	935.244,72	685.162,48	15.895.545,93
Saldos em 30/06/2019		5.284.108,97	(172.990,00)	7.478.701,36	935.244,72	573.902,37	14.098.967,42
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		441.841,97	94.920,00				536.761,97
Por Devolução (-)		(217.563,54)					(217.563,54)
Estorno de Capital		(4.205,00)					(4.205,00)
Sobras ou Perdas Líquidas						1.709.972,58	1.709.972,58
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							-
. Fundo de Reserva				1.370.324,97		(1.370.324,97)	-
. F A T E S						(228.387,50)	(228.387,50)
Saldos em 31/12/2019		5.504.182,40	(78.070,00)	8.849.026,33	935.244,72	685.162,48	15.895.545,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA. - SICOOB PARAISOCRED				
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018				
DESCRIÇÃO	Notas	2o Sem	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações		1.925.579,95	2.499.482,32	2.781.940,42
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	2.800,72	(2.800,72)
IRPJ / CSLL		(215.607,37)	(215.607,37)	(110.268,02)
Provisão para Operações de Crédito		1.219.477,98	3.962.222,84	3.229.032,14
Provisão de Juros ao Capital		-	-	(265.846,08)
Depreciações e Amortizações		179.715,54	343.598,59	229.724,52
		3.109.166,10	6.592.497,10	5.861.782,26
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(270.783,89)	(5.096.883,96)	(17.486.403,51)
Outros Créditos		146.503,32	(4.038,52)	117.459,70
Outros Valores e Bens		72.697,19	(29.698,98)	939.682,52
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista		4.327.042,33	4.829.471,60	4.895.406,49
Depósitos a Prazo		(6.219.733,02)	(4.720.838,15)	7.213.166,42
Relações Interdependências		2.579.477,92	(329.532,35)	(693.734,73)
Outras Obrigações		131.372,72	223.138,57	102.270,80
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		3.875.742,67	1.464.115,31	949.629,95
Atividades de Investimentos				
Aquisição De Imobilizado de Uso		(608.309,29)	(645.528,58)	(2.370.584,99)
Aquisição de investimentos		(135.890,15)	(423.958,12)	(245.697,09)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(744.199,44)	(1.069.486,70)	(2.616.282,08)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		536.761,97	1.058.523,71	924.167,97
Devolução de Capital à Cooperados		(217.563,54)	(406.222,47)	(286.289,26)
Estorno de Capital		(4.205,00)	(4.205,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(3.677,26)	(1.711,61)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	(296.176,27)	-
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF		-	-	258.963,25
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		314.993,43	348.242,71	895.130,35
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.446.536,66	742.871,32	(771.521,78)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		30.225.311,90	32.928.977,24	33.700.499,02
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		33.671.848,56	33.671.848,56	32.928.977,24
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.446.536,66	742.871,32	(771.521,78)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA - SICOOB PARAISOCRED - SICOOB PARAISOCRED**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **12/08/1996**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB PARAISOCRED** possui **4** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG, ALFENAS - MG, VARGINHA - MG, TRÊS CORAÇÕES - MG**.

O **SICOOB PARAISOCRED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I. O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- II. Prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;
- III. A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	2.584.060,09	1.940.919,43
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	31.087.788,47	30.988.057,81
TOTAL	33.671.848,56	32.928.977,24

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas	31.087.788,47	30.988.057,81
TOTAL	31.087.788,47	30.988.057,81

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não circulante	Total	
Empréstimos e Títulos descontados	24.279.772,92	23.725.508,56	48.005.281,48	45.114.487,10
Financiamentos	1.136.089,19	1.320.756,49	2.456.845,68	2.450.620,04
Total de Operações de Crédito	25.415.862,11	25.046.265,05	50.462.127,16	47.565.107,14
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.757.716,08)	(2.957.258,84)	(5.714.974,92)	(3.952.616,02)
TOTAL	22.658.146,03	22.089.006,21	44.747.152,24	43.612.491,12

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	970.260,85	80.188,29	1.050.449,14		0,00	
A	0,5%	Normal	12.134.459,55	569.542,49	12.704.002,04	(63.520,01)	9.717.559,08	(48.587,88)
B	1%	Normal	9.472.640,23	761.685,54	10.234.325,77	(102.343,26)	16.647.502,53	(166.475,04)
B	1%	Vencidas	75.440,74	0,00	75.440,74	(754,44)	138.667,57	(1.386,69)
C	3%	Normal	13.987.480,50	838.568,78	14.826.049,28	(444.781,48)	12.294.396,86	(368.831,92)
C	3%	Vencidas	1.186.104,72	47.304,50	1.233.409,22	(37.002,45)	673.232,99	(20.197,00)
D	10%	Normal	2.239.230,74	85.156,04	2.324.386,78	(232.438,68)	3.137.369,53	(313.737,05)
D	10%	Vencidas	820.142,35	0,00	820.142,35	(82.014314)	908.942,95	(90.894,43)
E	30%	Normal	786.821,21	9.317,33	796.138,54	(238.841,56)	869.442,85	(260.832,92)
E	30%	Vencidas	1.547.180,38	13.312,49	1.560.492,87	(468.147,97)	255.072,91	(76.521,89)
F	50%	Normal	365.621,15	11.290,32	376.911,47	(188.455,74)	171.975,91	(85.988,06)
F	50%	Vencidas	755.717,66	17.458,96	773.176,62	(386.588,31)	291.705,70	(145.852,92)
G	70%	Normal	463.028,67	0,00	463.028,67	(324.120,07)	173.272,72	(121.290,91)
G	70%	Vencidas	260.690,38	0,00	260.690,38	(182.483,27)	113.154,12	(79.207,89)
H	100%	Normal	227.746,32	0,00	227.746,32	(227.746,32)	1.499.182,10	(1.499.182,10)
H	100%	Vencidas	2.712.716,03	23.020,94	2.735.736,97	(2.735.736,97)	673.629,32	(673.629,32)
Total Normal			40.647.289,22	2.355.748,79	43.003.038,01	(1.822.247,12)	44.510.701,58	(2.864.925,88)
Total Vencidos			7.357.992,26	101.096,89	7.459.089,15	(3.892.727,80)	3.054.405,56	(1.087.690,14)
Total Geral			48.005.281,48	2.456.845,68	50.462.127,16	(5.714.974,92)	47.565.107,14	(3.952.616,02)
Provisões			(5.625.234,01)	(89.740,91)	(5.714.974,92)		(3.952.616,02)	
Total Líquido			42.380.047,47	2.367.104,77	44.747.152,24		43.612.491,12	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos descontados	14.659.636,17	9.620.136,75	23.725.508,56	48.005.281,48
Financiamentos	332.076,50	804.012,69	1.320.756,49	2.456.845,68
TOTAL	14.991.712,67	10.424.149,44	25.046,265,05	50.462.127,16

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	17.739.802,45	685.344,31	18.425.146,76	37%
Setor Privado - Indústria	5.312.541,00	83.867,48	5.396.408,48	11%
Setor Privado - Serviços	15.429.699,93	368.847,28	15.798.547,21	31%
Pessoa Física	9.475.013,21	1.307.724,31	10.782.737,52	21%
Outros	48.224,89	11.062,30	59.287,19	0%
TOTAL	48.005.281,48	2.456.845,68	50.462.127,16	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	3.952.616,02	1.643.872,90
Constituições	9.466.926,25	1.447.771,83
Reversões	(5.646.996,84)	
Transferência para prejuízo	(2.057.570,51)	860.971,29
TOTAL	5.714.974,92	3.952.616,02

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.696.269,33	3,36%	1.153.383,19	2,43%
10 Maiores Devedores	10.507.665,17	20,81%	8.598.597,96	18,08%
50 Maiores Devedores	25.209.774,27	49,93%	21.867.248,72	45,98%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	2.277.106,09	1.955.239,19
Valor das operações transferidas no período de op. de crédito	2.057.570,51	860.971,29
Valor das operações transferidas no período de honras e avais	71.895,76	17.175,60
Valor das operações recuperadas no período	(166.751,96)	(556.279,99)
TOTAL	4.239.820,40	2.277.106,09

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	163.739,28	65.937,75
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	19.830,83	23.755,36
Outras rendas a receber	8.882,60	5.508,45
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	123.217,04	157.418,33
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	0,00	6.625,64
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (d)	666,95	2.128,10
Adiantamentos por conta de imobilizações	0,00	550,95
Devedores por depósitos em garantia (e)	401.163,58	392.833,27
Impostos e contribuições a compensar	0,00	25.595,94
Títulos e créditos a receber (f)	63.105,95	28.605,60
Devedores diversos – país (g)	9.442,45	1.100,30
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (h)	(130.986,94)	(55.036,47)
TOTAL	659.061,74	655.023,22

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto por rendas a receber de serviços de convênios a receber.

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOP CECREMGE referente ao mês de 12/2019.

(d) Refere-se a valores antecipado à fornecedores por conta compra de materiais diversos.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 65.753,93) e COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 335.409,65).

(f) Refere-se a valores de tarifas a receber.

(g) Refere-se a diferença de caixa no valor de R\$ 2.375,62 e pendências a regularizar no total de R\$ 7.066,83.

(h) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018
E	30%	Vencidas	32.896,31	32.896,31	(9.868,92)	8.259,72
F	50%	Vencidas	15.475,48	15.475,48	(7.737,74)	4.194,88
G	70%	Vencidas	6.624,05	6.624,05	(4.636,84)	10.073,45
H	100%	Vencidas	108.743,44	108.743,44	(108.743,44)	43.409,70
Total Vencidos			163.739,28	163.739,28	(130.986,94)	65.937,75
Total Geral			163.739,28	163.739,28	(130.986,94)	65.937,75
Provisões			(130.986,94)	(130.986,94)		(55.036,47)
Total Líquido			32.752,34	32.752,34		10.901,28

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de uso Próprio (a)	380.000,00	380.000,00
Despesas antecipadas (b)	251.488,09	221.789,11
TOTAL	631.488,09	601.789,11

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 33.426,24), aluguéis de equipamentos (R\$ 197.289,62), processamento de dados (R\$ 9.056,95), Software (2.751,33), IPTU (R\$ 2.413,98) e outros (R\$ 6.549,97).

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (a)	1.358.901,50	954.129,75
Participações inst financ controlada coop crédito	150.704,03	131.517,66
Outros Investimentos	440,00	440,00
TOTAL	1.510.045,53	1.086.087,41

(a) Refere-se a cotas de capital na Central Cecemge.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos		417.049,95	417.049,95
Edificações	4%	883.792,07	883.792,07
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(55.875,23)	(20.523,59)
Instalações	10%	1.542.344,64	1.005.227,09
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(225.789,61)	(101.067,60)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.051.603,54	968.914,92
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(343.931,14)	(245.711,41)
Sistema de Comunicação	10%	45.324,83	42.174,83
Sistema de Processamento de Dados	20%	362.700,61	363.812,05
Sistema de Segurança	10%	51.358,60	33.598,60
Sistema de Transporte	20%	56.500,00	56.500,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(308.670,56)	(239.137,83)
TOTAL		3.476.407,70	3.164.629,08

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	18.241.214,69		13.411.743,09	
Depósito a Prazo	45.196.166,81	0,33	49.917.004,96	0,44
TOTAL	63.437.381,50		63.328.748,05	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	4.001.468,96	6,42%	4.270.926,40	6,88%
10 Maiores Depositantes	18.117.325,31	29,05%	19.726.761,15	31,80%
50 Maiores Depositantes	33.987.698,83	54,51%	35.642.704,69	57,45%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.883.255,86)	(2.981.625,25)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(98.655,98)	(91.064,57)
TOTAL	(2.981.911,84)	(3.072.689,82)

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento	2.588.077,79	2.917.610,14
TOTAL	2.588.077,79	2.917.610,14

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	33.102,79	0,00	14.936,74	0,00
Sociais e Estatutárias	700.331,32	0,00	674.371,54	0,00
Fiscais e Previdenciárias	331.184,72	0,00	248.793,78	0,00
Diversas	1.327.411,24	401.163,58	910.732,25	392.833,27
TOTAL	2.392.030,07	401.163,58	1.898.834,31	392.833,27

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	228.387,50	240.582,63
Resultado de Atos com não associados	40.678,66	75.485,45
Gratificações e Participações a pagar	0,00	98.580,87
Cotas de Capital a Pagar (b)	431.265,16	259.722,59
TOTAL	700.331,32	674.371,54

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10 % das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	112.038,49	65.227,11
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	10.972,71	11.099,80
Impostos e Contribuições sobre Salários	159.906,67	117.353,71
Outros	48.266,85	55.113,16
TOTAL	331.184,72	248.793,78

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.146,14	7.919,60
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (a)	189.995,22	140.311,47
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	792.473,08	377.549,38
Provisão para Passivos Contingentes (c)	401.163,58	392.833,27
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	116.985,72	121.002,06
Credores Diversos – País (e)	224.811,08	263.949,74
TOTAL	1.728.574,82	1.303.565,52

(a) Referem-se à provisão para pagamento obrigações em nome de terceiros.

(b). Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 464.783,21), despesas com alugueis (R\$ 117.977,68), comunicações R\$ 10.545,95), processamento de dados (R\$ 2.173,62), segurança e vigilância (R\$ 38.816,04), manutenção e conservação de bens (R\$ 17.088,00), transporte (R\$ 19.128,89), seguro 813,16, serviços gráficos (R\$ 115,00), seguro prestamista (R\$ 81.789,22), outras despesas diversas R\$ 39.242,31).

(c) Referem-se a provisão para contingência de PIS e COFINS. Quando do advento da Lei 9.718/98 a cooperativa entrou em ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

(d) Referem-se à contabilização, a partir de 01/01/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.579.116,17 e (R\$ 3.159.309,62) em 31/12/2018, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(e) Referem-se a pendências a regularizar (R\$ 83.281,37), diferença de caixa (R\$ 6.810,73), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 79,90), crédito de terceiros (R\$ 966,18), saldos credores de encerramento de c/c (R\$ 6.176,18), taxas de gravame a repassar (R\$ 3.638,20), cheques descontados depositados a compensar (R\$ 123.459,98), cheques descontados reapresentados (R\$ 245,00) e saldo para devolução saldo credor cartões (R\$ 153,54).

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB PARAISOCRED** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	5.426.112,40	4.777.753,55
Associados	6.184	5.329

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Expansão:

Constituída nas AGO para atender a abertura de novos PAs (Postos de Atendimento) e aplicar na modernização de móveis e equipamentos de nossas agencias. Na AGO de 2019 foi constituído um saldo de R\$ 293.000,00 perfazendo um saldo total de 935.244,72.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17/04/2019, os cooperados deliberaram pelo credito em conta corrente, com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 300.116,14.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	2.283.874,95	2.405.826,32
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.283.874,95	2.405.826,32
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 60%	(1.370.324,97)	(962.330,53)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(228.387,50)	(240.582,63)
Reversão de Reservas	0,00	240.202,98
Sobra à disposição da Assembleia Geral	685.162,48	1.443.116,14

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Resultado de atos com não associados antes do IRPJ/CSSL	844.358,39	319.685,77
Compensação de prejuízos fiscais	(253.307,52)	0,00
Base de Cálculo apuração do IRPJ e CSSL	591.050,87	319.685,77
Despesas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(123.762,72)	(55.921,44)
Despesas com Contribuição Social Sobre o lucro	(88.657,63)	(54.346,58)
Resultado com não associados deduzido das despesas de IRPJ/CSSL	378.630,52)	209.417,75
Receitas vendas quotas de consorcio com associados (Res.129/16)	(242.083,67)	(87.922,92)
Receitas vendas de seguro com associados (Res.129/16)	(244.778,26)	(125.455,20)
Receitas de comissão faturamento e antecipação de recebíveis Sipag (Res. 129/16)	(730.496,09)	(271.634,06)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(467.099,33)	(275.594,43)

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	287.191,97	301.692,59
Rendas de Empréstimos	10.140.722,69	8.360.473,66
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.465.744,00	1.897.087,40
Rendas de Financiamentos	483.272,96	626.109,57
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	26.517,60	3.766,91

Recuperação de créditos baixados como prejuízo	241.978,98	546.860,29
TOTAL	12.645.428,20	11.735.990,42

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Captação	(2.981.911,84)	(3.072.689,82)
Provisões para Operações de Crédito		(3.229.032,14)
TOTAL		(6.301.721,96)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	660.623,77	505.046,10
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	124.189,86	84.990,35
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	1.415.620,72	745.706,08
TOTAL	2.200.434,35	1.335.742,53

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	13.760,50	902,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	207.258,30	132.671,20
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	2.778,10	5.131,67
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.180.593,94	714.518,08
TOTAL	1.404.390,84	853.222,95

21. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(73.781,59)	(43.682,40)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(609.091,94)	(592.553,55)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(505.906,79)	(592.914,32)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(992.044,53)	(773.497,31)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.488.173,62)	(1.835.785,75)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(4.338,10)	(7.368,02)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(10.519,15)	(21.410,46)
TOTAL	(4.683.855,72)	(3.867.211,81)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(111.284,60)	(76.030,08)
Despesas de Aluguéis	(398.083,87)	(221.323,50)
Despesas de Comunicações	(223.973,96)	(203.987,45)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(110.343,25)	(11.050,14)
Despesas de Material	(71.910,10)	(65.111,24)
Despesas de Processamento de Dados	(568.768,79)	(346.853,15)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(55.581,93)	(56.475,99)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(74.559,00)	(94.231,90)
Despesas de Publicações	(5.239,00)	(3.750,00)
Despesas de Seguros	(92.814,51)	(74.192,22)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(682.451,55)	(541.677,16)
Despesas de Serviços de Terceiros	(235.775,29)	(148.420,98)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(410.998,15)	(340.122,01)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(201.855,12)	(120.340,24)
Despesas de Transporte	(258.531,34)	(204.447,34)
Despesas de Viagem no País	(48.412,04)	(34.244,61)
Despesas de Amortização	(9.848,63)	(13.777,44)
Despesas de Depreciação	(333.749,96)	(215.947,08)
Outras Despesas Administrativas	(198.213,24)	(205.581,68)
Emolumentos judiciais e cartorários	(64.032,08)	(31.439,98)
Contribuição a OCE	(21.683,82)	(15.934,89)
Rateio de despesas da Central	(3.538,44)	0,00
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(84.706,89)	(50.939,40)
TOTAL	(4.266.355,56)	(3.075.878,48)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	3.229,20	28.559,73
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	211.808,64	13.440,03
Dividendos	19.187,78	14.629,35
Deduções e abatimentos	1.303,70	0,00
Distribuição de sobras da central	95.722,27	129.571,47
Outras rendas operacionais	11.317,75	8.977,83
Rendas oriundas de cartões de crédito	1.175.827,83	588.550,02
TOTAL	1.518.397,17	783.728,43

24. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	(5.420,00)
Despesas de Provisões Passivas	(207.792,30)	(80.791,75)
Outras Despesas Operacionais	(279.350,07)	(158.354,51)
Descontos concedidos - operações de crédito	(318.705,66)	(43.295,31)
Cancelamento - tarifas pendentes	(85.635,49)	(25.119,30)
TOTAL	(891.483,52)	(312.980,87)

25. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	53.205,03	1.462,94
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(1.214,59)	(0,98)
(-) Perdas de Capital	(102.581,94)	(92.699,03)
Resultado Líquido	(50.591,50)	(91.237,07)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2019>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	544.062,67	0,3237%	1.775,40
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	327.478,25	0,1948%	2.058,01
TOTAL	871.540,92	0,5185%	3.833,41
Montante das Operações Passivas	1.958.700,97	3,9779%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.433,93	90,36	0,3165%
Empréstimo	314.784,20	2.405,64	0,8383%
Títulos Descontados	1.377,30	6,89	0,0271%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	275.810,92	1,5133%	0%
Depósitos a Prazo	10.220.901,08	22,6145%	0,3825%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	2,7000%
Empréstimos	1,5067%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,5313%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,5594%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0765%
Aplicações Financeiras	3,9779%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	154.000,50

e) As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
157.868,69	64.514,90

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(83.051,59)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(599.821,94)
Encargos Sociais	(136.575,04)
Plano de Saúde	0,00

27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA - SICOOB PARAISOCRED - SICOOB PARAISOCRED**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB PARAISOCRED** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	401.163,58	401.163,58	392.833,27	392.833,27

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB PARAISOCRED**, existem 02 processos judiciais no qual a cooperativa figura como polo passivo, a qual foi classificada com risco de perda possível, totalizando R\$ 33.853,44.

32. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi Patrocinado. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 18.842,33.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG, 27 de janeiro de 2020

**HEBERT BENICIO DA SILVA
DIRETOR FINANCEIRO**

**ORLANE DE SOUZA GONTIJO FRANCHI
CONTADOR 075520-0**

5. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração e Associados da Paraisocred:

1- Examinamos os Balancetes, Balanços e as Demonstrações de Resultado da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de São Sebastião do Paraíso Ltda. - Sicoob Paraisocred em 31/12/2019, e as Aplicações dos Recursos do exercício findo, elaborado sob a responsabilidade de sua administração.

2- Nossos exames foram executados de maneira a comprovar a adequada demonstração em seus aspectos relevantes, considerando o sistema contábil, os princípios de contabilidade e controles internos constantes de sua programação técnica.

3- Somos de parecer que as referidas demonstrações apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de São Sebastião do Paraíso Ltda. - Sicoob Paraisocred e o resultado das operações do exercício findo, de acordo com as instruções emanadas do Plano Contábil do COSIF.

São Sebastião do Paraíso - MG, 28 de janeiro de 2020.

Conselheiros Fiscais Efetivos/Suplentes:

Agnaldo Donizete Gonçalves

Tulio Paschoini

Rafael Henrique Godinho de Miranda

Ivani Oliveira Queiroz Souza

Tales Souza Silva

Marcelo Jose Oliveira Silos

6. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de São Sebastião do Paraíso Ltda. SICOOB PARAI SOCRED São Sebastião do Paraíso/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de São Sebastião do Paraíso Ltda.- SICOOB PARAI SOCRED, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB PARAI SOCRED em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 17 de fevereiro de 2020.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994